



LIDO NA SESSÃO DO DIA

17 FEV 2016

1º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP

REQUERIMENTO

Nº

407/16

**APROVADO (A)  
VAI AO EXPEDIENTE**

Em 17 / 02 / 2016

1º Secretário

AUTOR : DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO

Requer à Mesa Diretora a realização de Audiência Pública nesta Casa de Leis, para o dia 18 de março de 2016, às 09:00 horas, para discutir o combate a corrupção.

O Parlamentar que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a realização de Audiência Pública no dia 18 de março de 2016 às 09:00 horas, para discutir o combate a corrupção.

Plenário das Deliberações, 29 de Dezembro de 2015.

RIBAMAR ARAÚJO  
Deputado Estadual





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO	DEPARTAMENTO DE APOIO À PRODUÇÃO PARLAMENTAR - DAPP	REQUERIMENTO	Nº

AUTOR : DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO

### JUSTIFICATIVA

Diante dos fatos ocorridos frequentemente em nosso estado e no país, vinculados através da mídia, os desvios de verbas públicas são manchetes em todos os lugares, mas logo são esquecidas pelo povo quando surgem novas denúncias. A população e as instituições parecem anestesiadas com tantos escândalos e a falta de punição dos autores destes crimes.

Precisamos reincorporar movimentos contra a corrupção de uma maneira mais firme, pois atos de combate à corrupção são fundamentais, mas não podem ter um objetivo genérico.

Devemos evoluir e atacar as causas dos problemas crônicos que travam o fortalecimento das instituições e dos hábitos políticos do próprio país, que passam pela impunidade da maioria dos agentes públicos e privados que praticam delitos em detrimento dos cofres públicos. Não podemos mais fechar os olhos ao que acontece à nossa volta, pois se ficarmos omissos, também seremos responsáveis por essa situação.

A sociedade precisa de uma resposta a esses desmandos, e através de ações voltadas para o aperfeiçoamento dos sistemas de controle de uso e gasto do dinheiro público, bem como para a proposição de leis visando dificultar a atuação desonesta de agentes públicos e privados, e para que ao final, os corruptos sejam punidos, o combate a corrupção, contribuirá para a efetividade da atividade judicial e garantia dos princípios inseridos na Constituição Federal

